Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar, e as emendas da CAE

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006	Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar	Emendas – CAE
	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		Emenda nº 1 – CAE Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar a seguinte redação:
	Art. 1º O art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:	“ Art. 1º O art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:	“Art. 17.	‘ Art. 17.
XI - que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;	XI – que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;	XI – que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor ou de qualquer tipo de intermediação de negócios; ”(NR)”
§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de	§ 1º	

Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar, e as emendas da CAE

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006	Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar	Emendas – CAE
vedação no caput deste artigo.		
XIX - (REVOGADO);	XIX – administração ou locação de imóveis de terceiros;	
	XXIX – medicina;	
	XXX – medicina veterinária;	
	XXXI – odontologia;	
	XXXII – psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia, e de clínicas de nutrição;	
	XXXIII – fisioterapia;	
	XXXIV – advocacia;	
	XXXV – serviços de comissaria, de despachantes e de tradução;	
	XXXVI – arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho e agronomia;	
	XXXVII – corretagem de seguros;	
	XXXVIII – representação comercial;	
	XXXIX – perícia, leilão e avaliação;	
	XL – auditoria e consultoria;	
	XLI – jornalismo e publicidade.”(NR)	
§ 2º Também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo,		

Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar, e as emendas da CAE

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006	Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar	Emendas – CAE
desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar.		
§ 3º (VETADO).		
		Emenda nº 2 – CAE Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 –Complementar a seguinte redação:
	Art. 2º O inciso V do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:	“ Art. 2º O art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 18.	“Art. 18.	‘ Art. 18.
.....		
§ 5º-.....	§ 5º-.....	
.....		
V – (REVOGADO)	V – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIX a XLI do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis; (NR)”	
§ 5º-D. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:		§ 5º-D.....

Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar, e as emendas da CAE

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006	Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar	Emendas – CAE
		XV – medicina;
		XVI – medicina veterinária;
		XVII – odontologia;
		XVIII – psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia e de clínicas de nutrição;
		XIX – fisioterapia;
		XX – advocacia;
		XXI – serviços de comissaria, de despachantes e de tradução;
		XXII – arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho e agronomia;
		XXIII – corretagem de seguros;
		XXIV – representação comercial;
		XXV – perícia, leilão e avaliação;
		XXVI – auditoria e consultoria; e
		XXVII – jornalismo e publicidade.’(NR)’”
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
XIII - (REVOGADO);	Art. 4º Fica revogado o inciso XIII do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006.	